



PALMAS: A cidade planejada e a violência como método

Autores:

Olivia de Campos Maia Pereira - UFT - oliviam Maia@gmail.com

Marcos Antonio dos Santos - UFT - marcosdossantos@gmail.com

Giuliano Orsi Marques de Carvalho - UFT - giulianoorsi@gmail.com

Resumo:

A violência é uma característica da cidade de Palmas e que assim como em outras cidades, pode ser experimentada de diversas formas, tanto no campo simbólico, como físico. O objetivo deste artigo é discutir o que fez da mais nova capital do país uma produtora e reprodutora de diversas dimensões de violência. Serão abordadas as formas de estruturação do espaço urbano, desde sua concepção urbanística – expressa sob a forma de discurso e desenho – até a implementação física de suas ideias, que atestam uma lógica estruturante segregacionista, calcada na clássica aliança estado-mercado, somada às mais novas experiências neoliberais. Estruturado em três partes, o trabalho procura desvendar o papel da violência na cidade, desde o projeto urbanístico de 1989, enfocando a contradição discurso e prática; depois, o processo de produção da cidade planejada pelo poder público; e, por fim, a relativa autonomia do mercado imobiliário frente às características do plano original.

PALMAS:

A cidade planejada e a violência como método

Pensar-refletir sobre Palmas, a capital do estado do Tocantins, na região central do Brasil, ainda é trazer à baila aspectos controvertidos de sua criação, enquanto projeto urbanístico, além de discursos e práticas desencontrados no tocante a real condição da cidade.

A violência é uma característica bastante presente na cidade de Palmas e que assim como em outras cidades, pode ser experimentada de diversas formas, simbólica, física, coletivamente, por meio da negligência, da discriminação, da perseguição a grupos, do apagamento de lutas, conflitos, identidades etc. O objetivo desse trabalho é apresentar e discutir algumas especificidades que fazem da mais nova capital do país produtora e reprodutora de diversas dimensões de violência. Nesse sentido, serão abordadas as formas de estruturação do espaço urbano da cidade, desde sua concepção urbanística – expressa sob a forma de discurso e desenho – até a implementação física de suas ideias, que atestam uma lógica exacerbadamente segregacionista, calcada na clássica aliança estado-mercado, somada às mais novas experiências neoliberais no *locus* do atraso.

Estruturado em três partes, o trabalho procura entender o papel da violência primeiramente no tocante ao projeto urbanístico de 1989, enfocando a contradição entre discurso e prática; em segundo lugar, o processo de produção da cidade planejada pelo poder público por meio de diversas ações, muitas vezes truculentas, visando a construção do projeto; e, em terceiro lugar, a relativa autonomia do mercado imobiliário frente às características do plano original. Num prisma teórico analítico da arquitetura e do urbanismo, o texto versa aspectos históricos da criação da cidade e a violência presente em seu processo de espacialização.

A “Capital ecológica”

O projeto de Palmas, proposto em 1989 para “a última capital planejada do século XX”, surge num período marcado por mudanças profundas. No país, a promulgação da Constituição de 1988 traria grandes esperanças no tocante à estabilidade política, avanços sociais e reforma urbana.

Em escala global, o fim da Guerra Fria e a profusão do movimento ambientalista apontariam para o surgimento de novos paradigmas, de certo modo, impressos no memorial justificativo do projeto da “capital ecológica do ano 2000”. Tais *slogans* atribuídos à sede administrativa do recém-criado estado do Tocantins ocorreram mais como propaganda e menos como fato, mais como discurso e menos como decisão projetual, já que a concepção urbanística de Palmas pouco abarca o que se midiaticizou como novidade.

Vários pesquisadores, como Silva (2003), Silva (2008), Reis (2011), Pinto (2012), Carvalho *et. al.* (2014), já se debruçaram sobre o assunto no sentido de desconstruir o discurso de seus realizadores frente ao *design* de fato proposto.

Os arquitetos autores do projeto Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, oriundos do estado de Goiás, graduaram-se, respectivamente, pelas universidades de Brasília (UnB), em 1968, e Universidade Católica de Goiás (UCG, atual PUC-GO), em 1974. É bem provável que, pelo período da trajetória acadêmica de ambos, tenham sofrido forte influência dos postulados modernos, tendo em vista a longa sobrevida do Modernismo no Brasil graças à grandiosidade de personagens como Oscar Niemeyer e Lucio Costa, e da força imagética de sua maior obra, Brasília.

Nesse sentido, também é provável que se tenha havido um descompasso entre o que se ensinava nas escolas brasileiras – e que certamente determinou as formações de Teixeira e Oliveira Filho – daquilo que Bayazit (2004, p. 26) considerou como o “horário nobre para o desenvolvimento da ciência do *design*”, ocorrido nos países centrais entre 1960 e 70, uma espécie de ponto de virada que pouco reverberou no ensino arquitetônico brasileiro daquele período.

Questões que passaram a ser essenciais nas escolas de arquitetura europeias e norte-americanas – como: compreensão de aspectos da fenomenologia e dos estudos comportamentais; inserção de novas tecnologias computacionais não centradas em bases exclusivamente lógicas; preocupações ambientais relacionadas ao conforto e à eficiência energética; preocupações sociais, especialmente em relação às populações vulneráveis (CARVALHO, 2016, p. 49); além da crítica ao protagonismo do automóvel no planejamento urbano – passariam a ter efetividade no Brasil somente por volta da década de 1990.

Realiza-se essa contextualização histórico-acadêmica enquanto subsídio para a formulação de hipóteses no sentido de procurarmos compreender a natureza do partido urbanístico adotado para o projeto de Palmas.

Se por um lado seus autores-arquitetos tinham o Movimento Moderno como seu principal norte, decorrente de suas formações acadêmicas e vivências prolongadas em cidades artificiais *ex-nihilo* (Brasília e Goiânia); por outro lado, algumas decisões projetuais parecem atentar-se para a crítica aos postulados modernistas que, naquela data, finalmente reverberavam no meio acadêmico nacional através da repercussão das ideias de autores como Kevin Lynch, Gordon Cullen, Aldo Rossi, Jane Jacobs, Henry Lefrbrvre, entre outros. Nesse sentido, o Plano Urbanístico Original – designação utilizada para o plano urbanístico de Palmas –, estabelece-se contraditório em sua gênese: na escala macro, assume preceitos modernos ao adotar soluções quase que exclusivamente racionais, sobretudo técnicas e quantitativas. Na escala da quadra, em oposição à primeira, alude-se, ainda que no plano das ideias, à crítica aos preceitos modernos, abrindo espaço para a prevalência da escala humana, o apreço pela tradição urbana, a incorporação da paisagem como elemento palpável, a diferenciação entre o público e o privado, enfim, tópicos que caracterizam o discurso pós-moderno enquanto contraponto ao cânone precedente.

No projeto, convivem, portanto: (i) a hostilidade urbanística presente nas concepções modernas, já consideradas bastante datadas no final da década de 1980, mas que reaparecem como deliberação recorrente através de determinações como ocupação de baixa densidade, culto ao automóvel particular e às rodovias, predeterminação de funções estritas, escala monumental; e (ii) a busca por contornar tal hostilidade, com a incorporação de elementos da cultura urbana tradicional.

Tal antítese aparece no discurso de Teixeira, numa entrevista ao Jornal do Tocantins (em 20/05/1998): “Nós queríamos que Palmas tivesse uma malha viária moderna para atender às exigências da tecnologia e, ao mesmo tempo, que tivesse as características da cidade tradicional do Tocantins”. Também se soma à concepção do projeto um elemento não menos importante: (iii) as expectativas do contratante (Estado) que, mesmo não tendo sido esmiuçadas pelos autores-arquitetos, estão presentes em seus relatos e fazem crer em determinações personalistas por parte do governante: “No primeiro instante, nós tivemos como base para este projeto os sonhos de Siqueira Campos” (idem).

Os documentos que nos chegam acerca do que seria o memorial justificativo do plano urbanístico, consultados em tese de doutorado de Reis (2010, p. 81-88), apontam para dez princípios formatados de modo pouco inteligível no tocante à organização temática, escalas e hierarquia.

No primeiro ponto, propõe-se agregar “características de cidade tradicional”, objetivo não explícito no desenho e que parece não ter relação com as menções seguintes, informativas de uma imensa malha viária, dimensionada “entre 600 x 700 metros”, a qual “define o bairro”; além de breve referência sobre a apreensão da paisagem “do Lago e da Serra”.

Neste aspecto, a hipótese acerca da antítese “modernidade x pós-modernidade” – esboçada no repertório textual da memória – em nada se aprofunda e pouco se sustenta, uma vez que não se explica o que seria essa “cidade tradicional” fracionada por “bairros” rigidamente geométricos. Entretanto, a proposta é melhor compreendida no desenho, mas que em nada referencia a tradição dos bairros ou cidades, a julgar que os arquitetos conceberam “bairros” que são, na verdade, imensos retângulos vazios desprovidos de projeto, pois não ocorrem desenhos de ruas, praças, equipamentos etc. que ficariam a cargo de outros escritórios¹.

No desenho existem somente limites austeros, inflexíveis, desprovidos de quaisquer alusões à dinamicidade de bairros tradicionais. Ou seja, o que na parte textual da memória, à primeira vista, pode parecer uma espécie de interlocução com as teorias rossianas – que concebem as cidades enquanto organismos vivos e que se compõem em um binômio inseparável de arquitetura e urbanismo (ROSSI, 1966) –, não se manifesta no vazio gráfico e acrítico desses “bairros”.

¹ Diversos arquitetos assumiram o projeto dessas quadras de modo individualizado que, ao final, resultou em “bairros” que pouco ou nada dialogam entre si e com o entorno, caracterizados por uma espécie de labirintos conformados por ruas, lotes e praças descontraídos.

O segundo e o terceiro princípios, relacionados ao ambiente natural e clima, respectivamente, tratam da transformação dos “fundos de vale dos ribeirões em parques”, “minimização do impacto do microclima com o aproveitamento da direção dos ventos dominantes”, entre outros. Chama-nos a atenção, dentre estes, a contradição entre as escalas: (i) da cidade, na qual objetivou-se “estabelecer um tecido urbano disperso, aberto e extenso”; e (ii) do indivíduo, com o intuito de “proteger o pedestre do sol e das chuvas com marquises e varandas”. Neste sentido, a tentativa de solucionar a violência da cidade de concepção moderna, superdimensionada no território, através de elementos arquitetônicos para a proteção de intempéries, beira a ironia ou a conveniência, tendo em vista a repercussão da propaganda ambientalista daquele período.

A previsão de “duas escalas” é o ponto central do quarto princípio. Enquanto uma primeira escala faz referência ao “pedestre situado no interior dos bairros e nos dois centros da cidade”, a outra, “de caráter urbano, é mais dinâmica e predominante na imagem da cidade”. Outras menções, como “escala do pedestre”, “centro identificável” e “espaços públicos bem caracterizados” reforçam a impressão de possíveis referências à Imagem da Cidade (1960), de Kevin Lynch, como a dinâmica/sucessão de imagens, ênfase aos locais de encontro, preocupações com o trivial. Porém, mesmo que se procure agregar um discurso em prol da minimização dos efeitos da monotonia imagética modernista através de concepções pós-modernas para o interior das quadras, novamente os desenhos não evidenciam tal enunciado.

O quinto princípio trata dos “múltiplos usos” no “centro urbano”, além de atentar-se para a articulação entre “os espaços públicos e privados, cívico e comercial”. Tais proposições, somadas à “diversidade de uso”, presente no tópico anterior, podem nos remeter à vitalidade urbana e à mistura dos diferentes, que são pilares do libelo de Jane Jacobs (1961) como formas de curar a insegurança e a violência das cidades. No entanto, percebe-se clara discordância entre material textual e gráfico, haja vista que os desenhos exibem rígido zoneamento entre áreas comerciais, residenciais, industriais etc.

Há concordância entre as propostas textuais e gráficas no sexto e sétimo princípios, que tratam do crescimento ordenado da cidade e seus custos. Relacionam-se à “flexibilidade na transformação do solo garantindo a expansão ordenada da superfície”, propondo a implantação da cidade “em fitas de quadras no sentido Leste/Oeste”, a fim de evitar os “vazios urbanos que oneram os custos de urbanização”.

Muito embora a ideia contida no Plano fosse o controle do crescimento, mantendo-se “densidade bruta de 300 habitantes por hectare no interior das quadras [Paris: média 364]”, o desenho completo da cidade com as suas previsões de expansão está presente em quaisquer representações do plano urbanístico. Potencializa, portanto, a força do projeto enquanto instrumento de projeção futura.

O lago e a paisagem são os principais objetos do oitavo e do nono princípios, que tratam de “garantir à população a acessibilidade” para “os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana”; além de preocupações em relação às “perspectivas das Avenidas Leste/Oeste não serem interrompidas por construções na orla do lago”.

Relacionado ao transporte, o décimo princípio aborda uma proposição elementar de “linha expressa” no sentido Norte/Sul (o mais extenso), “alimentada por linhas de sentido Leste/Oeste ou vice versa”, com finalidades de garantir o “seu baixo custo operacional”.

Vistos em conjunto, os dez princípios evidenciam uma espécie de hostilidade contida no desenho que posteriormente será materializada em cidade, sobretudo em relação à escala do projeto e à segregação planejada, frutos da ausência de características que potencializem as relações sociais dentro do plano urbanístico.

Mesmo depois de passada a hegemonia dos postulados modernos, depois da crítica formulada pelos próprios modernos – especialmente no 8º CIAM, em 1951 –, e da consolidação da crítica pós-moderna, o projeto de Palmas se situa num ponto confuso entre a assimilação desta crítica, através do discurso, e a sua total negação, evidenciada nos desenhos. O exemplo de Palmas, enquanto projeto urbanístico, exprime, de certo modo, o anacronismo da prática projetual no Brasil.

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: A IMPLANTAÇÃO DA CAPITAL DO "ESTADO DA LIVRE INICIATIVA E JUSTIÇA SOCIAL"²

Mesmo já tendo sido concebido com área “generosa”, aproximadamente 100,8km² de perímetro urbano – com previsão para até 1,2 milhões de pessoas³ – o Plano Urbanístico Original de Palmas sofreu alterações substanciais, em relação à sua expansão logo em seus primeiros anos de implantação⁴. A primeira delas ocorreu em 1992, apenas três anos após sua inauguração, acrescentando mais 117,4km² de área ao sul da cidade, mais que dobrando a área do Plano⁵. Em 2002, há mais uma expansão, desta vez em direção ao norte, quando

² “Estado da livre Iniciativa e Justiça Social” é um dos primeiros *slogans* do Estado do Tocantins, criado pelo então governador e responsável pelo processo de emancipação do norte de Goiás, Siqueira Campos. No contexto da década de 1990, este *slogan* traz o símbolo do pensamento neoliberal: “livre iniciativa”, que alude à redução do papel do Estado para crescimento da iniciativa privada como grande controlador do mercado. Mais do que isso, apresenta um paradoxo, ao aliar “livre iniciativa” com “justiça social”, que pode ser facilmente identificado no próprio governo Siqueira Campos (1995-2002), quando este, por exemplo, privatizou as empresas públicas (energia, água, e esgoto), tratou manifestantes e movimentos sociais de forma policialesca, precarizou e atacou direitos de servidores etc.

³ Grupo Quatro, 1988

⁴ Estudos comparativos comprovam que a área do Plano Urbanístico de Palmas comportaria o somatório de todas as capitais brasileiras projetadas: Brasília, Goiânia, Boa Vista, Belo Horizonte, Teresina e Aracaju (CARVALHO, SILVA, 2011).

⁵ Tratam-se dos bairros Aurenys e outros que abrigaram a população pobre, vinda de outros estados. Ver mais em BAZOLLI, 2011.

são acrescidos mais 57,4km²⁶. Neste momento, a cidade contava com 35 km lineares de extensão norte-sul para uma população de pouco mais de 130 mil habitantes⁷.

As questões acerca da baixíssima densidade, do espraiamento da mancha urbana e da presença de imensos vazios, pautaram e definiram o desenvolvimento e a forma da cidade desde a sua gênese. A ideia dos 300 hab/ha, do planejamento do crescimento da mancha urbana de forma compacta por fitas e por etapas previstas no Plano Original, não poderiam ser mais distantes da dinâmica real da cidade, denotando formas de violência institucionalizadas pelos diversos agentes produtores do espaço urbano.

Estima-se que Palmas tenha atualmente 1,02 hab/ha em média, o que está muito abaixo do mínimo recomendável de 40 pessoas por hectare⁸ e ainda mais distante do Plano Original para a cidade.

Os prejuízos da forma com que a cidade se encontra hoje e de todo seu processo de formação são diversos, desde a clássica segregação sócio-espacial até a estruturação e reprodução de sistemas de violência.

O que gostaríamos de nos ater agora são os processos que engendram e tornaram possível esse modelo de cidade. Trataram-se de políticas de governo, estaduais e municipais, deliberadamente segregatórias, que impediram – e ainda impedem – física e simbolicamente o acesso da população mais pobre ao Plano⁹.

Palmas traz em seu “DNA” uma repulsa à mistura de classes sociais, fato que tem se perpetuado por toda sua história. O início de sua ocupação se deu pela venda de lotes a particulares, leilões de áreas públicas e doações. Esses processos eram realizados pelo governo estadual, com titulação provisória baseada no princípio da retrovenda, além das licenças de operação. Conforme Moraes (2003), a retrovenda estabelecia o prazo de três anos para o beneficiário parcelar ou construir na área, ou haveria a retomada do bem pelo Estado. Porém, essas terras não foram retomadas, ainda que sua função social nunca tenha se cumprido (sequer o parcelamento na maior parte dos casos).

Muitas dessas glebas são urbanas e ainda estão nas mãos de empreiteiras, que receberam terras como forma de pagamento para a realização de obras iniciais de infraestrutura na cidade, e até bem pouco tempo pagavam Imposto Territorial Rural (ITR)¹⁰. Os efeitos da manutenção dos vazios dessas áreas e da seletividade da ocupação das

⁶ Lago Norte, posteriormente retirado em 2007 no PD.

⁷ O censo demográfico realizado no ano 2000 (IBGE), contabilizou 137.355 habitantes no município de Palmas. Vale destacar que conforme consta no Plano Original de Palmas estavam previstas etapas de ocupação para a cidade, que previam cinco fases de crescimento e ordenamento. A expansão ocorrida em 1992 corresponderia à última fase de crescimento, prevista para uso em 50 anos, ou após 70% da ocupação das etapas anteriores.

⁸ Mascaró (1987). Sobre a densidade em Palmas ver Bazolli, 2012.

⁹ De acordo com Miranda (2005), haviam barreiras policiais com homens armados impedindo a população recém chegada à cidade de ultrapassar os limites estabelecidos pelo Plano, iniciando assim a ocupação dos bairros Aurenys.

¹⁰ Muito mais barato que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que possibilitou e até mesmo fomentou processos de especulação imobiliária.

mesmas na cidade são sentidos em diversas frentes, por meio de problemas ambientais, sociais, econômicos, jurídicos e simbólicos¹¹.

Toda essa aparente desordem em relação ao planejamento inicial de Palmas atesta sim uma ordem, qual seja, a do Estado como especulador imobiliário e regulador do estoque de terras. Pois, além de ser responsável pelas escolhas dos locais de implantação de infraestruturas, serviços e novos acessos na cidade, o Estado foi o principal responsável pela produção e manutenção dos vazios urbanos. No momento em que este transferiu terras a empreiteiras – muitas delas mantidas desocupadas até hoje –, reteve de maneira especulativa parte destas áreas em localizações estratégicas do Plano, atendendo a interesses políticos e econômicos.

A municipalidade, que nunca foi a grande detentora de terras em Palmas, reproduziu a lógica de distribuição do espaço urbano de forma semelhante ao estado, por meio da escolha/chancela da localização de loteamentos, condomínios, equipamentos públicos e/ou coletivos e até mesmo, o ápice da reprodução do pensamento imobiliário e gerencial urbano, ocorrido em 2012, escolher – sem critério e legalidade claras - áreas públicas municipais para cessões, doações e vendas¹².

A localização aparentemente desconectada desses loteamentos, equipamentos, doações, vazios e frentes de expansão produzidos pelo poder público, em associação aos interesses privados, resultaram numa lógica vivida como natural, de especulação imobiliária, seletividade de regulamentação, fiscalização e segregação sócio-espacial latente.

¹¹ Palmas apresenta alto índice de área verde por habitante, mas o acesso e a qualidade dessa relação não é alcançada de maneira satisfatória, dada, entre outras, à baixa densidade populacional *versus* imensa área urbanizada (contabilize-se aqui desperdícios e impactos das redes de energia elétrica, água, drenagem, pavimentação etc.). Como problema ambiental pode ser destacada também a baixa cobertura da rede de esgoto (52% das moradias têm ligação com o sistema) e drenagem, que impactam diretamente em questões graves de saúde pública. Além da ocupação progressiva de áreas de preservação ambiental, seja pela população de baixa renda, seja por condomínios de luxo. Do ponto de vista social, podem ser destacados principalmente problemas de violência urbana e segregação sócio-espacial, tais como bairros dormitórios, deslocamentos pendulares em busca de trabalho e serviços básicos por causa de uma infraestrutura que se esgarça no sentido centro-periferia, além de uma massiva concentração da pobreza. Como problemas econômicos devem ser mencionados os altos custos com infraestrutura urbana por habitante. Do ponto de vista jurídico, os problemas vão desde a insegurança em relação à posse da terra por parte importante da população mais pobre até incansáveis negociações entre as esferas municipais e estaduais sobre a ocupação de áreas públicas, seja para interesse social, seja para realização de alterações na legislação para favorecer interesses privados especulativos. Como problemas simbólicos, ressaltamos aqueles advindos da segregação sócio-espacial como estrutura fundante e funcional do desenvolvimento urbano de Palmas, a partir do qual estruturam-se relações de subalternidade, favorecimento, patrimonialismo e coronelismo. Sem falar na distinção da nomeação das áreas daqueles que moram no Plano Original e dos que moram “fora”, os primeiros moram em “quadras”, ex. Quadra 605 Sul, os outros moram em “setores”, ex. Setor Santa Bárbara.

¹² Houve necessidade de atuação do Ministério Público, tendo em vista que desde 2005 foram concedidas aproximadamente 100 áreas públicas municipais, além de tramitarem outros diversos processos administrativos de concessão do direito real de uso, pleiteados por instituições religiosas, por exemplo. Ver mais em: <http://conexaoto.com.br/2013/06/19/mpe-instaura-inquerito-para-apurar-concessao-de-areas-publicas-destinadas-a-entidades-em-palmas> e também: <https://mpto.mp.br/web/portal/2012/10/08/mpe-quer-que-prefeito-de-palmas-suspenda-decretos-que-doaram-terreno-a-igreja>. Acessados em 17/06/2017.

Apesar das inegáveis informações visualizadas por mapas e dados relacionados às baixas ocupações, fragmentação e espraiamento do tecido urbano e concentração da pobreza¹³, Palmas segue reproduzindo a mesma lógica imobiliária que a fundou. Prova disso são os inúmeros embates em relação à expansão do perímetro urbano ao longo de sua breve história. São fatos que flagram a pressão do setor imobiliário em aliança com as elites locais em relações de promiscuidade com as gestões públicas, tanto municipais quanto estaduais¹⁴.

Ou seja, uma mancha urbana em absoluto descompasso com sua ocupação, desde as doações de terras aos ágios de terrenos vendidos em Luzimangues (nova e importante frente de expansão para além do território municipal¹⁵), sem contar a alta porcentagem de moradias em assentamentos informais, sendo a maior parte destas também limítrofes ou fora do perímetro urbano¹⁶.

Conforma-se, desse modo, um tipo de reprodução de cidade e conseqüentemente de seus espaços públicos que mais que repete o padrão da urbanização brasileira (especulativa e segregadora), a aprofunda, na medida em que projeto e formação da cidade não distam, são frutos de imposições político-econômicas, tendo o Estado como seu principal agente. São relações de produção e dominação sobre o espaço, de modo que este garanta esta reprodução, não apenas de capital, mas de poder. O fato de não se perceber mesclas de classes sociais no tecido urbano, estando a população de baixa renda distante geograficamente do centro dotado de infraestrutura e serviços, faz de Palmas o reflexo de seu processo histórico, tanto no que se refere ao seu projeto fundamente, quanto à gestão pública do espaço. Todo o esforço foi feito para que a realidade da cidade se adequasse ao imaginário de seus idealizadores, sejam estes empresários, técnicos, gestores ou agentes políticos.

A ideia de espaço público neste contexto merece atenção especial, uma vez que, como demonstrado, as orientações acerca dos “investimentos” na cidade são muito claras até os dias de hoje, basta observar como as políticas públicas têm funcionado. O próprio termo “investir”, tão em voga nas atuais discussões sobre cidades, faz alusão à lógica empresarial de olhar a cidade, como algo que deve cumprir uma função econômica, realizar lucro e atrair capitais (CARLOS, 2013). E, neste aspecto, Palmas se destaca, e suas últimas gestões municipais têm papel preponderante.

Se já estamos lidando com uma configuração do espaço que, como demonstrado, foi marcado em sua gênese e em seu processo de formação por um desenho urbano segregador, árido e fora da escala humana, isso pode se aprofundar ainda mais em um contexto mais amplo de mercadorização da ideia de cidade.

¹³ Um dos últimos trabalhos realizados no município que sistematizou, espacializou e discutiu mais de 100 indicadores sobre a cidade foi o caderno Plano de Palmas Sustentável que apresenta um Plano de Ação, elaborado entre 2014 e 2015, pela Prefeitura de Palmas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, por meio da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, ICES.

¹⁴ Sobre esses processos ver: BAZOLLI, 2011.

¹⁵ Sobre a expansão em Luzimangues ver: PINTO, 2012.

¹⁶ De acordo com o Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Palmas de 2009, 26,2% das moradias encontram-se em assentamentos informais.

Conforme demonstra Vainer (2000) e Arantes (2000), as formas de uso e apropriação do espaço público neste contexto estão submetidas ao entendimento do consumo do espaço, mediado pela reprodução espetacularizada da cidade. Há cada vez mais um encolhimento das condições de sociabilidade e troca, historicamente apontadas como *telos* e *locus* da cidade. Em não havendo projeto coletivo, não há participação do indivíduo no projeto de cidade, restando uma contemplação passiva, que inviabiliza a apropriação do espaço enquanto experiência coletiva. Deste modo, a esfera pública se esvazia nos fragmentos desses espaços públicos “investidos” de capital especulativo.

Palmas já é concebida neste contexto e as políticas e ações, estaduais e posteriormente municipais, corroboram para esse esvaziamento da esfera pública, ao ratificar espaços fragmentados, homogêneos, esvaziados e não participativos.

De acordo com Carlos (2013, p. 27), esse sujeito ativo que teria na dimensão pública do espaço possibilidade da construção de experiências de sociabilidade e troca, torna-se na cidade contemporânea um “indivíduo”, em constante processo de alienação, levado a sobrepor limites entre os espaços públicos e privados e a ter uma relação cada vez mais funcionalizada com a cidade.

Em Palmas isso é bastante evidente, desde um desenho urbano que não prioriza a escala do pedestre, com a maior parte dos deslocamentos feita por transporte sobre pneus, imensas distâncias, ausência de pessoas nas ruas, espaços de permanência e contemplação escassos e precarizados, até a falta de identificação e conseqüente incapacidade de apropriação desses espaços e sua história.

Ainda que Palmas apresente especificidades em relação a esse contexto de isolamento e mesmo incapacidade da vida pública (SENNETT, 1988), a repetição de preocupações relativas à esfera privada pode ser percebida em relação ao aparecimento do fenômeno do medo urbano, como mescla de violências reais, construídas por meio de imaginários sociais.

A cidade fragmentada e seus imensos espaços vazios revelam a dificuldade da produção de sociabilidades urbanas, realçando relações simbólicas voltadas para a segregação, privatização e ideologia securitária¹⁷.

Todo esse debate sobre as dificuldades da vida pública e da presença de urbanidade nas cidades já circulava há um bom tempo quando o projeto de Palmas foi concebido.

Os reflexos da cidade pensada sob a lógica do Planejamento Estratégico¹⁸, adotado como receita para tornar cidades competitivas (ARANTES, 2000, p. 135), também já se

¹⁷ Os dados sobre segurança demonstram que os índices de violência acompanham a média e as tendências nacionais, não sendo considerado alarmantes, porém, a sensação de insegurança, aferida por meio de pesquisa de opinião pública (Palmas Sustentável, 2015) revela o contrário, que 81% dos moradores entrevistados não se sentem seguros de andar à noite na cidade.

¹⁸ Entendido sob a ótica apresentada por Otília Arantes, no livro “A cidade do pensamento único”, como urbanismo empresarial, na perspectiva inclusive de construção e apropriação cultural: “Como o Planejamento Estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção (...) que o que está assim em

faziam presentes nos debates sobre as cidades no panorama internacional na década de 1980. O entendimento da cidade vista como mercadoria, como fragmento, como espaço para apostas e investimentos no momento da criação da Palmas, já apontava com clareza seus resultados mais perversos, tais como, aprofundamento da segregação sócio-espacial, gentrificações, restrições e cearização¹⁹.

Embora a aparência de Palmas possa fazer alusão a um ideal modernista e apresentar, enquanto discurso, preocupações com a vida pública, a cidade apresenta elementos do empreendedorismo urbano desde a sua fundação, quando adota medidas que priorizam o investidor e o visitante em detrimento do morador.

Das estratégias de marketing urbano aos megaeventos, são encontrados exemplos em toda a história da cidade, sendo contemporaneamente ainda mais evidentes²⁰.

As propagandas para atrair não apenas empresas e investimentos para a nova capital intentavam também atrair moradores e formar uma sociedade. A invenção de uma memória para Palmas, reforçada por meio da criação de monumentos, símbolos e *slogans* é violenta à medida que ignora o que já existe, e se sobrepõe a uma identidade cultural local, inventando um mundo de pertencimento e impondo um modelo idealizado (REIS, 2011, p. 121).

Toda essa necessidade de construção de uma imagem e identidade de cidade atravessa gestões, tanto estaduais quanto municipais. São imposições de alterações físicas e simbólicas, além da criação de inúmeros títulos: “Palmas Ecológica”, em 2001; “Palmas Sustentável”, em 2010; até “Palmas, a mais brasileira das capitais”, em 2015. Esta, já pertencente a última gestão municipal, recém reeleita, em que parece não haver qualquer outro interesse que não inserir a cidade em uma rede competitiva pela busca de investimentos. A ânsia empresarial é tamanha que em poucos anos a cidade recebeu inúmeros eventos, parcerias e projetos que intentam projetá-la a um modelo internacional de cidade.

O que significa dizer que, se a cidade já apresentava um deslocamento entre o que seria sua identidade – por meio da imposição de um desenho e de formas de sociabilidade –, sofre agora ações que procuram padronizar ainda mais seu esvaziado espaço urbano.

Espaço este, que segue pautado por seus financiadores (desde construtoras, governantes e empresários até bancos) e se distancia cada vez mais do que poderia querer ou atender ao morador local.

promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*” (ARANTES, 2000, p. 17).

¹⁹ Vale um destaque importante, que demonstra mais uma vez as assimetrias de Palmas em relação aos debates e cenário internacionais: o planejamento estratégico, no caso de Palmas, não se dá sobre bases existentes (sobretudo a base física, não excluindo as simbólicas sobre histórias pré-existentes), não havendo a complexidade urbana de uma metrópole, tampouco a proximidade com a ideia de uma cidade global.

²⁰ A cerimônia de lançamento de Palmas, em meio a um verdadeiro espetáculo, com direito a sorteio de prêmios e shows – enaltecendo a ideia da construção de uma cidade planejada do zero – reforçava e materializava as relações de poder existentes (SILVA, 2008).

Em face ao aprofundamento da segregação sócio-espacial destas ações, a cidade se espetaculariza e amplia seus cenários. São comuns nos últimos cinco anos a presença, nos eixos principais da cidade, de coelhos da Páscoa, iluminação e decoração natalina ostensiva, rotatórias com flores exóticas, corredores verdes em canteiros centrais inacessíveis, mobiliário temporário e cenerizado em praias elitizadas, entre tantos outros. Tudo isso em paralelo ao crescimento das ocupações irregulares, bairros que não contam sequer com esgotamento sanitário, pavimentação ou serviços básicos, além de pontos de ônibus lotados e sem infraestrutura, pessoas tentando usar espaços sem calçamento ou travessia segura.

Essa aparente insustentabilidade entre cidade cenário (minoritária) e cidade real só foi e continua sendo possível por meio de um tipo de construção da imagem de uma sociedade harmoniosa e patriótica, que busca construir consensos e minimizar conflitos (ARANTES, 2000)²¹.

A anulação da existência dessa cidade real, de sua história, do conflito, de suas lutas, de sua divisão e contradições apresenta diversos graus e formas de violência. Das mais evidentes, como os bloqueios policiais da época da fundação da cidade que impediam a população pobre de ultrapassar os limites estabelecidos pelo plano urbanístico original e reintegrações de posse em bairros periféricos, até a inexistência de dados sobre aglomerados subnormais, por exemplo. O insistente apagamento de parte da população e suas identidades demonstra formas de violência que se somam às já relacionadas ao desenho urbano, tanto em sua gênese, como em sua institucionalização.

O MERCADO E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADE, DA AUTONOMIA AO PAPEL DE CONTROLE

Como visto, a estruturação do território de Palmas foi (e ainda é) produto de um tipo de segregação sócio-espacial com alguns ingredientes bastante originais, não se limitando a produção de um plano segregador já em seu nascedouro. A implantação da cidade teve amparo da força do poder público e seu aparato legal e de violência como meio de garantir a execução desse plano. E, no tempo presente, nota-se uma crescente da autonomia dos mercados e da especulação imobiliária enquanto principais responsáveis pela estruturação do espaço intra-urbano de Palmas. Evidentemente que não se descarta a participação desses agentes em todas as etapas do processo, nota-se apenas que passadas quase três décadas da criação da cidade, o mercado alcançou maturidade e força suficientes para exercer com bastante autonomia o papel de controle da produção do espaço.

Como qualquer outra cidade, ou mais especificamente, como qualquer outra capital brasileira, Palmas esteve às voltas com uma espiral crescente do valor da terra nos últimos tempos, notadamente nos últimos quinze anos. Neste período, várias ações governamentais

²¹ Entram nesse bojo diversos eventos culturais que tentam promover a integração social e a cidadania. Podem ser citados os Jogos Mundiais Indígenas (2016), Iron Man (evento anual), além do patrocínio de filmes como “Palmas, eu gosto de tu” (2014).

interferiram no processo de produção espacial das cidades – aumento de recursos para o financiamento da habitação, programas de subsídio à aquisição da casa própria, como o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do governo federal, entre outros – possuindo papel importante no *boom* imobiliário experimentado pela maioria das cidades brasileiras. Como consequência negativa, houve também certa uniformização do preço da terra, ou mais precisamente, o estabelecimento de um valor mínimo dos imóveis urbanos tal como descrito por Cunha (2014) ao tratar do PMCMV.

Acresça-se como parte desse contexto, o fato de ter havido em Palmas verdadeira montagem de uma estrutura de serviços públicos nos últimos anos. A título de exemplo, somente a estruturação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a partir da década de 2000, trouxe para Palmas um grande número de profissionais de outras regiões, estes também geradores de pressão na relação oferta/procura de unidades habitacionais na cidade.

Esta pressão era bastante visível para os migrantes que chegaram para trabalhar em Palmas por volta de 2010. Neste período notava-se uma escassez combinada com baixa qualidade das unidades habitacionais para locação. De outro lado, havia poucas unidades para venda capazes de atender à demanda, a despeito do processo de produção de novas unidades estar em pleno funcionamento.

Como efeito de todo este emaranhado de fatores, notou-se a intensificação do processo de expansão urbana, como abertura de quadras, o parcelamento do Distrito de Luzimanges, em Porto Nacional (localizada na margem oposta do Rio Tocantins, a pouco mais de 8km de Palmas), e uma grande atividade da indústria da construção civil. Tais eventos buscavam diminuir, através do mercado imobiliário, o “déficit habitacional” e aproveitar a chegada ainda crescente de um público consumidor com relativo poder aquisitivo, formado no mais das vezes por funcionários públicos e de autarquias.

A combinação de excessiva demanda e oferta de créditos imobiliários – no período, os bancos públicos trabalhavam com financiamento acima de 70% do valor do imóvel, podendo chegar a 100% em casos especiais – acabou por produzir uma escalada nos valores médios da terra urbana. Em alguns casos, como em Luzimangues, houve valorização de quase 100% em menos de um ano.

Tal valorização animou muitos investidores do mercado imobiliário a se dedicarem fortemente à produção de moradias ou parcelamento e venda de lotes. Animou também indivíduos que não se enquadravam verdadeiramente na qualidade de investidores, mas que viam na escalada de preços uma possibilidade de auferir lucros.

Tudo isso redundou em uma supervalorização do metro quadrado da região do Plano Urbanístico Original, e, em contrapartida reforçou o processo de periferação e hiperperiferação das classes de baixo poder aquisitivo, ironicamente representadas pelo maior percentual entre os que buscavam a aquisição da casa própria na cidade.

Os notáveis vazios urbanos da capital tocantinense mantiveram-se assim devido ao fato de que o preço praticado pelo mercado imobiliário supera(va) em muito a capacidade de endividamento do habitante médio.

Ainda que recentemente esteja ocorrendo uma estagnação do valor dos imóveis em Palmas, quando não uma real desvalorização – o mercado imobiliário fala em algo em torno de 15% desde a revisão da planta de valores efetuada pela prefeitura em 2013 –, houve também uma grande redução da massa salarial, e até mesmo o aumento do desemprego, de forma nacional, o que acabou por anular qualquer possibilidade de que a demanda pudesse aproveitar esta redução de preços para efetivar a aquisição de imóveis.

Atualmente há um imenso percentual de vazios na cidade, que se localizam próximos das oportunidades de emprego, dos serviços públicos e urbanos, do comércio e serviços e por fim, da cultura e lazer. Malgrado todas estas qualidades, grande parte dos habitantes da capital são obrigados a percorrer diariamente distâncias próximas a 30 Km no trajeto entre casa e trabalho. Tais percursos geram um grande número de horas diárias perdidas na locomoção, número este assaz incompatível com a vida em uma cidade com menos de 300 mil habitantes.

Gera-se, então, um círculo vicioso, responsável pela estruturação social do espaço da cidade de Palmas. A esmagadora maioria da população tem o centro do Plano como local preferencial de trabalho, no entanto, sua pouca capacidade financeira é proibitiva para a aquisição de moradia próxima de sua região de trabalho. Ainda que incapacitada de adquirir imóveis na área planejada, esta mesma população participa da pressão sobre o valor da terra. De outro lado, a reserva de terras nas mãos de especuladores imobiliários, e a não colocação destas no mercado – com aval do estado, acaba por reforçar o processo de valorização da terra urbana ou ao menos de manutenção de preços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se então, uma sucessão de formas de manutenção dos estratos sociais capazes de habitar o Plano Urbanístico Original, de especular com a terra nas diversas formas de parceria público privadas e de manter a população de mais baixa renda o mais distante possível. Diferentemente das outras capitais (guardada alguma semelhança com Brasília no aspecto que segue), em Palmas não se vê a pobreza urbana, as periferias e extensas áreas com ocupações irregulares estão fora do campo de visão e eixos monumentais projetados e constantemente cenarizados para a principal circulação. A cidade da invenção das tradições, da invisibilização das memórias de habitantes originários, segue apagando as dinâmicas reais daquilo que a faz cidade.

O que antes foi conseguido mediante um plano urbanístico segregador, ou depois por meio da aplicação de dispositivos legais ou mesmo de processos de policialização e criminalização dos já muito pacificados movimentos de luta por moradia e direito à cidade, performam uma eugenia social nos moradores da área central de Palmas. São espaços

homogêneos, habitados cidadãos pertencentes às classes sociais semelhantes, que tem como balizador de seus movimentos no espaço o próprio mercado imobiliário em associação com leis estaduais e municipais.

Vista de uma maneira mais radical, Palmas reforça a divisão social explícita entre possuidores e despossuídos, espacializada de maneira a transpor para a escala urbana a velha dicotomia centro-periferia. A violência do processo de extração de trabalho se apresenta nesta espacialização de forma docilizada. São distâncias descomunais, tanto no trajeto casa trabalho como na pequena escala, uma vez que cruzar uma ou duas quadras após descer do ônibus força trajetos superiores a um quilômetro em média. A violência também está no esgarçamento do rol de serviços públicos disponibilizados de forma desigual entre centro e periferia, e, por fim, se materializa na escassez de atividades culturais nas regiões distantes do centro. De uma maneira geral, qualquer atividade urbana que não seja ligada ao mero repouso, via de regra, obriga o palmense da periferia a transpor o muro travestido em distância que separa sua senzala da casa grande onde as oportunidades urbanas se apresentam.

Mais que uma repetição dos processos clássicos de urbanização brasileiro, parece haver em Palmas, um aprofundamento de suas já conhecidas consequências, na medida em que projeto e formação da cidade não distam desde sua gênese, são frutos de imposições político-econômicas, tendo o Estado como seu principal agente. As relações de produção e dominação ficam ainda mais evidentes por meio da análise do espaço público – ou ausência deste – na cidade, que mais o encolhimento da esfera pública apontado por diversos autores aqui debatidos, nunca chegou a se constituir.

Sem projeto coletivo, nunca houve participação do indivíduo no projeto de cidade, sobrando à este uma contemplação passiva e a inviabilidade de apropriação do espaço enquanto experiência coletiva.

Tragédias anunciadas ou anacronismos fundantes, Palmas sempre apresentou um deslocamento entre o que seria sua identidade – imposição do desenho e formas de sociabilidade – e seus múltiplos cenários. Essa aparente incompatibilidade segue sendo sustentada e gerida por meio da imposição da imagem de uma sociedade harmoniosa e patriótica, que busca em cada ação construir consensos e minimizar conflitos. Apagar a existência da maior parte de sua população é persistir na violência como método para manter a ideia da cidade planejada nos trilhos de seu plano original.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

ARANTES, Otília. Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAYAZIT, Nigan. Investigating Design: a review of forty years of design research. *Design Issues*, v. 20, n. 1, p. 16-29, winter 2004.

BAZOLLI, João Aparecido. A dialética da expansão urbana de Palmas. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 12, n. 135.06, *Vitruvius*, out. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.135/4088>>. Acessado em 04 de fevereiro de 2017.

BAZOLLI, João Aparecido. Os efeitos dos Vazios Urbanos no Custo de Urbanização da Cidade de Palmas. *Estudos Geográficos*, Unesp, Rio Claro/SP, nº 1, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de. *A Iniciação em Projeto de Arquitetura: um estudo com docentes e discentes em três escolas no Brasil e uma em Portugal*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2016.

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques; MATOS, Madalena Cunha; REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Apontamentos urbano-arquitetônicos sobre um quarto de século de Palmas (TO). In: *Arquiteturas do Mar, dar Terra e do Ar. Arquitetura e Urbanismo na Geografia e na Cultura*. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014.

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de; SILVA, Giovanni Assis. O projeto e o ambiente do aluno: reflexões sobre a relação entre o projeto e o ambiente vivenciado. In: *Anais do 5º Seminário Projetar – Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura*. Belo Horizonte: NPGAU, UFMG, 2011.

COCOZZA, Glauco. Paisagem e Urbanidade, *Os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 2006.

CUNHA, Gabriel Rodrigues da. *O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: estado, mercado, planejamento urbano e habitação*. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Carlos, 2014.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. *Revista Pós-FAUUSP*. São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_mitocidadeglobal_pos2.pdf>. Acessado em 04 de novembro de 2015.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 035.05, *Vitruvius*, abr. 2003. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>>. Acessado em 02 de maio de 2014.

_____. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. *ArqTextos*, Porto Alegre 2005. Disponível em <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf> Acessado em 09 de agosto de 2015.

LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MASCARÓ, Juan Luis. *Desenho Urbano e Custo de Urbanização*. Brasília: MHU/SAM, 1987.

MIRANDA, Bismarque Roberto de Sousa. *A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas*. Monografia de graduação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

MORAES, Maria Lúcia. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2003.

PINTO, Lúcio Milhomem Cavalcante. *Luzimangues: Processos Sociais e Política Urbana na Gênese de uma “Nova Cidade”* (Dissertação de Mestrado). Palmas: UFT, 2012.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. ***Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas-TO (1990-2010)***. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1ª Edição: 1966.

SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova ou apenas uma nova cidade? *Revista Projeto*, nº146, Outubro 1991.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Luiz Otávio Rodrigues. *Formação de Palmas do Tocantins*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. *Girassóis de Pedra: Imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo*. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2000